

**O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL:
RAZÕES QUE MOTIVARAM TRUMAN A APOIAR A FUNDAÇÃO DE UM
ESTADO JUDAICO.**

**THE PLAY OF UNITED STATES IN THE FOUNDATION OF ISRAEL STATE:
THE REASONS THAT MOTIVATED TRUMAN TO SUPPORT THE
FOUNDATION OF JEWISH STATE.**

Sabrina Sabino¹

Thaysa Nascimento²

RESUMO

A ligação entre Estados Unidos e Israel tem sido amplamente discutida ao longo das últimas décadas. Entretanto, o entendimento dessa relação só é possível através da compreensão da articulação que envolveu a criação do Estado de Israel em 1948. O objetivo do presente artigo, portanto, é analisar o papel dos Estados Unidos durante o episódio da criação do Estado de Israel, além das possíveis razões que teriam motivado o presidente Truman a apoiar a fundação do Estado judaico, um dos episódios mais explícitos da relação entre os dois países.

PALAVRAS-CHAVE

Estados Unidos; Israel; Lobby.

ABSTRACT

The relationship between United States and Israel has been widely discussed over last decades. However, the understanding of this relation just is possible through comprehension of articulation that involved the foundation of Israel state in 1948.

The purpose of this article, therefore, is analyze the play of United States during the episode of creation the Israel state, beyond the possible reasons that have been motivated the president Truman to support the foundation of Jewish State, one of the most explicit episodes between the two countries.

KEYWORDS

United States; Israel; Lobby.

¹ Graduanda do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. E-mail: sabriina_sabino@hotmail.com.

² Graduanda do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica do Instituto COPPEAD de Administração da UFRJ. E-mail: thaycnmm@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As fronteiras da Palestina e do Oriente Médio, de forma geral, foram definidas a partir das articulações e disputas engendradas no meio do sistema internacional europeu, principalmente, sob o impulso da Grã-Bretanha, que já vinha se infiltrando na região desde o século XVII, por meio de entrepostos comerciais e de alianças locais com alguns emirados, alterando de forma significativa o equilíbrio político regional (NEVES, 2007).

A fundação do Estado de Israel foi um dos episódios mais decisivos em termos de determinação do futuro da região conhecida como Oriente Médio. Isso porque sua criação desencadeou não só uma série de guerras com os países vizinhos, mas também a alteração de cenário geográfico e político da região além de uma grande leva de refugiados. (HOUAT, 2008).

A criação de um Estado judaico contou com a intensa participação dos Estados Unidos. Israel tem sido o maior receptor anual de assistência econômica e militar direta por parte dos Estados Unidos desde 1976 e o maior receptor total desde a II Guerra Mundial. Em 2003 a ajuda direta americana superou a marca dos 140 bilhões de dólares. (MEARSHEIMER; WALT, 2006). Mas que razões teriam levado o então presidente Harry Truman a optar pelo apoio à causa sionista?

O presente artigo, portanto, tem como objetivo compreender os fatores que teriam influenciado a decisão de Truman, como forma de ser possível analisar o papel exercido pelos Estados Unidos no processo de criação do Estado de Israel.

Para tal finalidade, o trabalho encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira, será analisado o período que vai desde a partilha do Império Otomano ao fim da I Guerra Mundial até o final do Mandato Britânico sobre a região da Palestina. Em seguida, serão explicados os aspectos envolvidos no processo de criação do Estado de Israel. Na terceira seção, relataremos de forma sucinta o surgimento do movimento sionista e a atuação do lobby judaico nos Estados Unidos, para que por fim, possa ser discutido o papel americano na fundação de um Estado judaico, bem como os motivos que levaram a sua defesa da causa sionista.

A PARTILHA DO IMPÉRIO OTOMANO E O MANDATO BRITÂNICO

No ano de 1914, o Império Otomano era formado pelos seguintes territórios: Síria (na época incorporava a região do Líbano), Mesopotâmia (que se tornou o Iraque em 1920), Palestina, Transjordânia, grande parte da Península Arábica e a Turquia (centro do poder Otomano). (CHEMERIS, 2002).

Os ingleses, enquanto de um lado, prometiam um Estado unido e independente aos árabes, do outro, fechavam acordos com franceses e russos czaristas sobre a partilha do Império Otomano. Esses tratados dividiam o Oriente Médio pós-guerra com uma surpreendente falta de atenção aos interesses e desejos dos habitantes daquelas regiões (CHEMERIS, 2002).

Em 1918, com o fim da I Guerra Mundial, as terras do Império Turco-Otomano foram divididas por França e Inglaterra de acordo com o que havia sido estabelecido no acordo de Sykes-Picot em 1916. Tornaram-se independentes os territórios otomanos europeus e a região central, enquanto que os territórios de população árabe foram divididos entre as duas potências em sistemas de mandatos (HOUAT, 2008).

O objetivo da França com esses acordos era estabelecer uma grande Síria (incluindo a Palestina). Projeto esse que a Grã-Bretanha queria impedir. Além disso, havia também uma questão estratégica relacionada à importância da Palestina para a Grã-Bretanha. Ao sudoeste dessa região encontrava-se o canal de Suez, importante fluxo comercial e militar inglês entre o Mediterrâneo e o Oceano Índico. Por isso, a criação de um Estado tampão na Palestina, entre turcos e egípcios, daria maior proteção ao canal, além de reforçar a influência britânica na região (CHEMERIS, 2002).

Portanto, no final da I Guerra Mundial (1914-1918), o Império Otomano, que ocupava vastos territórios na Ásia Menor, foi desmembrado e as potências vitoriosas, em especial Grã-Bretanha e França, ocuparam tais territórios com base no sistema de mandatos estabelecido pela Liga das Nações (KACOWICZ, 2008).

Logo que a I Guerra acabou, o Tratado de Versalhes já previa que os países árabes antes sob domínio otomano poderiam ser reconhecidos provisoriamente como independentes, mas, sujeitos à prestação de assistência e aconselhamento por um Estado encarregado do “mandato” para eles. Sendo assim, a Grã-Bretanha seria responsável

pelo Iraque e pela Palestina, enquanto que a França ficaria com Síria e Líbano (CHEMERIS, 2002).

A Carta Constituinte da Liga das Nações, no seu artigo 22, dividiu os territórios que seriam objeto de mandato em três categorias: A B e C. Os territórios da categoria A eram aqueles que, segundo esse artigo, possuíam “um estágio de desenvolvimento cuja existência como nações independentes pode ser provisoriamente reconhecida”. Os territórios da categoria B eram aqueles “em que o Mandatário deve ser responsável pela administração do território”. Por fim, os territórios da categoria C “podem ser melhor administrados sob as leis do Mandatário como porções integrais do seu território”. Os territórios árabes do ex – Império Turco Otomano, inclusive a Palestina, foram classificados como pertencendo à categoria A (HOUAT, 2008, p. 300).

Embora o mandato britânico na Palestina só tenha tido início em 1922, em novembro de 1917, todo o apoio britânico ao programa sionista foi expresso através da Declaração de Balfour. Esta foi uma importante conquista sionista e recebeu o apoio oficial do Presidente Wilson e de outros governos. A partir disso, a concentração do movimento passou a ser na imigração em massa de judeus à Palestina (GOMES, 2001).

A Declaração foi uma carta emitida pelo Secretário do Ministério de Relações Exteriores Britânico, Sr. Arthur Balfour, ao Lord Rothschild:

Secretaria do Ministério das Relações Exteriores
2 de novembro de 1917

Estimado Lord Rothschild:

Me compraz transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade Britânica, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações judaicas sionistas, cujo texto foi submetido ao Gabinete e aprovado por este:

O Governo de Sua Majestade vê com beneplácito o estabelecimento na Palestina de um lugar nacional para o povo judeu e fará o quanto estiver em seu poder para facilitar a realização desse objetivo, ficando claramente entendido que não se tomará nenhuma medida que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não-judaicas da Palestina, ou os direitos e a condição política de que gozem os judeus em qualquer outro país. Lhe agradecerei se puser esta declaração em conhecimento da Federação Sionista.

Atenciosamente,

Arthur James Balfour (GOMES, 2001, p. 20-21).

Com essa Declaração, o governo britânico não só oficializava seu apoio ao movimento sionista, mas também, impossibilitava o projeto de protetorado francês na Palestina. Ademais, também interessava aos ingleses o apoio internacional das comunidades judaicas durante a guerra (CHEMERIS, 2002).

Enquanto mandatária da região, a Inglaterra exercia uma política ambígua na tentativa de conciliar seus interesses com os objetivos de judeus e árabes, sem

entretanto, descontentar uma ou a outra parte. A posição privilegiada que o país desejava manter no Oriente Médio dependia dessa ambiguidade.

Foram os judeus, de maneira geral, os maiores beneficiados pela dual política da potência mandatária, uma vez que o próprio movimento sionista, no intuito de obter o respaldo inglês para sua causa, soube associar a criação de um Estado judeu na Palestina à ideia de um Estado amigo, pronto para defender, naquele ponto estratégico, os interesses aliados e, notadamente, ingleses. Porém, ao favorecer, de um lado, a imigração judaica e, ao promover – para depois impedir – a criação de um novo Estado árabe, a Inglaterra plantou as sementes de um conflito inevitável (NEVES, 2007, p. 45).

Em razão da situação explosiva entre árabes e judeus, no ano de 1937, o Governo britânico chegou a considerar, pela primeira vez, a possibilidade de dividir a Palestina em dois estados: um judeu e outro árabe. Entretanto, os árabes, obviamente, não aceitaram (CHEMERIS, 2002).

A Inglaterra estava convencida de que podia contar com o apoio dos judeus contra Hitler na II Guerra Mundial. Por conta disso, consideravam ser importante conseguir também o apoio dos árabes. Em 17 de maio de 1939, adotam um Livro Branco que define a sua nova política: a Declaração Balfour não poderia significar a transformação da Palestina em um Estado judaico contra a vontade da população árabe. Em contrapartida, os compromissos britânicos assumidos após a I Guerra Mundial não poderiam servir como base para a exigência de uma Palestina como Estado árabe. A solução seria criar um Estado palestino independente, no prazo de cinco anos, onde árabes e judeus partilhariam o governo salvaguardando os interesses de ambos (GRESH, 2002).

Além disso, a imigração nos próximos cinco anos seria mantida em um nível que permitisse a população judaica constituir um terço da população total, o que significaria um acréscimo de 75.000 pessoas. Apesar de todo o esforço britânico, o mufti Amine El Hussemi rejeitou o Livro Branco, demonstrando seu fraco sentido político. Entretanto, a pior consequência ainda viria por parte do movimento sionista. Este passou a preconizar a luta armada com o que chamava de colonialismo britânico. Mesmo com a revolta, a agência judaica não tinha outra alternativa senão apoiar Londres no conflito que se iniciava (GRESH, 2002).

Em 1922 havia, na Palestina, uma população total de 750.000 pessoas, das quais menos de 10% eram judeus. De 1920 a 1929 imigraram legalmente para a Palestina aproximadamente 100.000 judeus. De 1929 a 1939 a imigração de judeus foi de

232.000. Em 1939, existiam 445.000 judeus, do total de 1.500.000 de habitantes, aproximadamente 30% da população. No final de 1946, a população judaica já era de 608.000 em um total de 1.850.000 (GOMES, 2001).

Depois que a Grã-Bretanha adotou o Livro Branco, a Organização Sionista concentrou sua ação nos EUA a fim de obter apoio para seu projeto. A estratégia passava a ser de sensibilização a opinião pública americana, se auto identificando e ao povo judeu como vítimas da colonização britânica e da perseguição árabe (GOMES, 2001).

A CRIAÇÃO DE ISRAEL

Após a II Guerra Mundial, o declínio da Inglaterra como potência gerou um vazio em termos de poder na região do Oriente. Os britânicos, então, viram-se obrigados a buscar o apoio norte-americano visto que assim poderiam assegurar sua permanência na região mesmo que de forma debilitada. Esse vazio causado pela retirada britânica poderia significar a aproximação soviética, daí surgiu o interesse por parte dos Estados Unidos (ROTTA, 2012).

Não sendo capaz de impedir a imigração clandestina de judeus, a Grã-Bretanha encaminhou a questão à ONU em 1947. Nesse contexto as Nações Unidas criam a décima sétima comissão desde 1917, a United Special Committee on Palestine (UNSCOP), reunindo representantes de onze países e tendo que elaborar um relatório até 1 de setembro de 1947. A UNSCOP ouviu representantes da agência judaica e da causa árabe. Havia unanimidade em relação ao fim do mandato britânico. Entretanto, a comissão se encontrava dividida no que diz respeito às outras questões (GRESH, 2002).

Um plano de partilha foi então elaborado. Nele, o território passaria a abarcar um território judeu – com 14 mil km², incluindo a Galileia Oriental, a faixa que vai de Haifa até Telaviv e a região do deserto de Negueve até o Golfo de Ácaba – e um território árabe, com 11 mil km², incluindo a Cisjordânia e a faixa de Gaza. Jerusalém teria status internacional (ZUCCHI, 2014).

Esse novo Estado judeu comportaria cerca de 498 mil judeus e 497 mil árabes, o que significaria abarcar 56% da Palestina. O árabe, por sua vez, abrangeria 44% da Palestina, comportando 725 mil árabes e 10 mil judeus. Com 100 mil judeus e 105 mil árabes, Jerusalém teria status internacional (ZUCCHI, 2014).

A tese judaica defendia o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina. Segundo essa tese, a fundação do Estado judeu e a imigração sem restrições estão ligadas indissolúvelmente. Por um lado, defendeu que o Estado judeu era necessário para dar abrigo aos judeus refugiados da Europa. Por outro lado, argumentou que um Estado judeu teria necessidade urgente dos imigrantes para compensar a diferença numérica em relação à população árabe (GOMES, 2001, p. 85).

“A tese árabe defendia a independência imediata da Palestina, reivindicando o direito natural da maioria árabe de permanecer na posse indiscutível de seu país, posto que está e tem estado durante muitos séculos em posse daquela terra” (GOMES, 2001, p. 85).

A maioria defendia a partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e outro árabe havendo união econômica, ficando Jerusalém e lugares santos sob tutela internacional. Por outro lado, a minoria queria um Estado federal independente constituída por duas entidades, uma judaica e outra árabe. Finalmente, em 29 de novembro de 1947 o plano da Comissão foi submetido à Assembleia Geral da ONU (GRESH, 2002).

Para poder “passar”, este texto tem que recolher dois terços dos votos da Assembleia Geral das Nações Unidas. A incerteza sobre o resultado mantém-se até o último minuto. Os Estados Unidos multiplicaram as pressões sobre os Estados hesitantes. A Grécia vê-se ameaçada de ser privada da ajuda americana em caso de rejeição, num momento em que está a braços com uma revolta comunista, mas Atenas votará, mesmo assim, contra. Em relação à Libéria, Washington insinua que poderá ser sujeita a um embargo sobre a borracha; Freetown cede. A própria França, que se absteve quando das votações preliminares, é “aconselhada” pelo amigo americano e adere ao plano da maioria. Finalmente, a Assembleia Geral das Nações Unidas “recomenda” a partilha da Palestina, por 33 votos contra 13 e 10 abstenções – na época, o número de membros das Nações Unidas (no essencial países europeus e latino-americanos) era reduzido, comparados aos cerca de 190 em 2001 (GRESH, 2002, p. 30).

Bandeira (2009) também aponta que os Estados Unidos e Chaim Weizmann, dirigente da Jewish League, recorreram a todos os meios, do suborno à chantagem para que a proposta de partilha fosse aceita. Alecastre e Amilcar (1968) completam:

Por ordens diretas da Casa Branca, toda a espécie de pressão, direta ou indireta, foi utilizada por autoridades americanas contra aqueles países fora do mundo muçulmano que se sabia estarem incertos ou contrários à partilha. Representantes ou intermediários foram utilizados pela Casa Branca para assegurar pelo menos a maioria necessária na votação (ALECASTRE, 1968, p. 172).

Após protelações e da certeza, por parte dos defensores, de que não haveria uma derrota, o plano de partilha foi votado. O próprio presidente Truman se empenhou pessoalmente em garantir a aprovação. A última sessão deveria ter sido iniciada no dia 27 de novembro, contudo, devido ao fato de ser Dia de Ação de Graças (feriado americano), foi adiada para o dia 28. Isso deu mais tempo para que os defensores pressionassem (ZUCCHI, 2014).

Instigada pela administração americana, a companhia de borracha Firestone previne a Libéria de que reveria seus projetos de expansão se Freetown não alterasse seu voto. E chegam mesmo a ameaçar a França, que se absteria por medo das reações no norte da África, de cortar-lhe previsões. Oferecem a alguns chefes de delegação envelopes e até mesmo presentinhos para suas esposas (SOLIMAN, 1990, p. 118 *apud* ZUCCHI, 2014, p. 84).

No dia 29 de novembro de 1947 a Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou a 1947 UN Partition, que dividia a Palestina em três: um Estado judeu, um árabe e uma zona internacional em torno de Jerusalém (BANDEIRA, 2013).

O Mandato Britânico terminou então em 15 de maio de 1948 e, no mesmo dia, os sionistas proclamaram a criação do Estado de Israel, imediatamente reconhecido pelo governo de Harry Truman (BANDEIRA, 2009).

Em 14 de maio de 1948, a proclamação do Estado de Israel antecipou em um dia a retirada oficial inglesa da Palestina, mas a guerra de fato já havia começado em fins de novembro de 1947, em forma de guerrilha entre as comunidades judaica e árabe-palestina. A proclamação apenas inaugurou uma nova fase no conflito, que adquiriu contornos de guerra convencional, travada entre o recém-formado Estado de Israel e os exércitos da Transjordânia, Egito, Síria, Líbano e Iraque. A boa organização do exército judeu – experimentado nos combates da II Guerra e na ação dos grupos paramilitares -, aliada à ajuda de ativistas correligionários nos EUA e na Inglaterra para a compra de armamentos, foram fatores preponderantes na vitória sobre as forças árabes, que sobreestimaram sua superioridade numérica e subestimaram o poder de fogo do inimigo (NEVES, 2007, p. 51).

No dia seguinte à proclamação de independência, em 15 de maio de 1948, exércitos de Egito, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Líbano e Síria invadiram a Palestina e atacaram o recém criado Estado. Um armistício foi firmado em 1949, depois que Israel se apropriou de 78% do território e de 100% das águas da Palestina (BANDEIRA, 2013).

O MOVIMENTO SIONISTA

A criação do Estado de Israel não teria acontecido sem toda a articulação realizada pelo que se conhece como movimento sionista e, também, pela pressão do lobby judaico em torno do Congresso norte-americano para a aprovação da partilha proposta pela ONU.

O termo sionismo surgiu no final do século XIX e faz referência a Sion, colina de Jerusalém sobre a qual foi erguido o primeiro templo da cidade, símbolo da terra prometida. O sionismo político configura-se como a defesa do ideal de saída da Europa e reagrupamento dos judeus na Palestina (NEVES, 2007).

O sionismo teve como uma de suas principais causas as perseguições sofridas pelos judeus na Europa, por conta do anti-semitismo (nome criado na Alemanha para o racismo contra os judeus) (HOUAT, 2008).

A ferramenta utilizada pelo movimento para formação de uma única nação convergindo em um único Estado para fuga do anti-semitismo, seria a imigração e o povoamento da terra com colonos judeus (HOUAT, 2008).

O Congresso Sionista em 1897 teve a participação de 200 delegados oriundos de vários países e definiu como principal objetivo do movimento a garantia de um lar na Palestina assegurado ao povo judeu pelo direito público. Cabe aqui a observação de que o termo lar foi utilizado ao invés de Estado para não despertar reações antagônicas por parte do Governo turco e de alguns judeus que poderiam ser contrários a ideia (GOMES, 2001).

Durante o período do Mandato britânico até a criação do Estado de Israel em 1948, os sionistas instalaram-se na região Palestina como seus proprietários, criando suas instituições, organizando suas forças armadas tais como a Haganah, controlada pela Agência Judaica e, enfrentando os obstáculos provenientes do nascente nacionalismo árabe e da disputas judaico-árabes (ROTTA, 2012).

O movimento sionista político até 1917 ainda não tinha conquistado o apoio de uma potência que legitimasse a emigração de judeus da Europa para a Palestina. A partir da Declaração Balfour, a Agência Judaica conseguia o apoio do governo britânico a fim de concretizar o gradativo domínio da região (CHEMERIS, 2002).

Com a publicação do Livro Branco britânico em 1939, os líderes sionistas passaram a rever suas estratégias. Criou-se o American Zionist Emergency Council – AZEC – responsável por implementar um grande plano que objetivava conquistar o

apoio do governo americano para sua causa. A escolha dos EUA foi por conta da avaliação, por parte do movimento, de que o país seria a potência dominante que emergiria da guerra (GOMES, 2001).

O objetivo inicial da nova estratégia era trazer ao centro do movimento os sionistas americanos. Por meio deles, seria possível conquistar inicialmente o apoio de toda a comunidade judaica e, depois o apoio da opinião pública e do governo. Em face disso, em maio de 1942, foi realizada a Conferência Biltmore reunindo os principais líderes do sionismo mundial. Foi tornado público, então, o desejo de fundar um Estado judeu na Palestina através do Programa Biltmore (GOMES, 2001).

Uma grande movimentação de reuniões e conferências com todas as entidades representativas das comunidades judaicas dos EUA teve início em 1943. A ideia era estabelecer uma Conferência Judaica Americana responsável por englobar o maior número possível de entidades para promoção de uma ação conjunta em prol da Palestina judaica (GOMES, 2001).

Na opinião de Pinto (1997), a questão das implicações políticas relacionadas a decisão de apoiar ou não a criação de Israel também são importantes. No partido Democrata, apoiado pelos judeus, as contribuições financeiras dos sionistas, convenceram o presidente Truman das vantagens políticas de uma decisão a favor da criação de Israel.

Ao longo do período que precedeu a votação da Partilha, continuaram as atividades sionistas de propaganda e doutrinação pública além do levantamento de fundos, juntamente com as ações direcionadas às autoridades do governo e do Congresso. Em 1945 foram levantados 14,5 milhões de dólares, em 1946, 32 milhões, e em 1947, 43 milhões. Boa parte desses fundos financiavam as atividades terroristas sionistas visto que a comunidade judaica da Palestina era fortemente dependente do financiamento norte-americano (GOMES, 2001).

Toda essa influência do movimento sionista dentro dos Estados Unidos tem sua atuação pautada pelo que Mearsheimer e Walt (2006) chamam de lobby de Israel:

We use the Lobby as a convenient short-hand term for the loose coalition of individuals and organizations who actively work to shape U.S. foreign policy in a pro-Israel direction. Our use of this term is not meant to suggest that the Lobby is a unified movement with a central leadership or that individuals within it do not disagree on certain issues (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 14).

Os Estados Unidos tem um governo dividido que oferece muitos meios de influência no processo político. Como resultado, grupos de interesse podem modelar a política de diferentes formas. Nesse contexto, o lobby judaico possui duas estratégias para promover o suporte americano à Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

Primeiramente, exerce influência significativa em Washington, pressionando tanto o Congresso quanto o Poder Executivo na linha de apoio à Israel. Além disso, o lobby procura assegurar que o discurso público sobre Israel o retrate em uma linha positiva através da repetição de mitos sobre Israel e sua fundação e, por meio da divulgação do lado israelense nos debates políticos diários (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

A organização do movimento sionista utiliza o lobby como forma de convencer os Americanos de que uma política externa pró-Israel é a melhor opção estratégica. E essa influência até hoje é muito grande. No caso da criação de Israel o lobby teve um grande papel na posição do presidente Truman, contudo, existem outros fatores que ajudam a explicar a postura por ele adotada.

O PAPEL DOS EUA NA CRIAÇÃO DE ISRAEL

A partir do foco sionista em conseguir o apoio dos Estados Unidos, visto que a Grã-Bretanha já não possuía uma influência significativa na região, fica inevitável para os americanos o envolvimento no conflito. Contudo, essa participação nem sempre foi feita de forma efetiva. A partir do governo Truman, os EUA passam a apoiar de forma veemente os objetivos sionistas e iniciam, assim, uma relação até hoje discutida, e para muitos, incompreensível.

Há longo tempo, os interesses americanos no Oriente estavam ligados ao comércio e ao petróleo, além das rotas do canal de Suez e da Turquia. A boa relação existente entre o Oriente e a América era fundamental para proteção das instituições estadunidenses (ROTTA, 2012).

Na primeira metade do século XX, a posição americana foi de afastamento da região do Oriente, apenas assistindo as crescentes agitações. Entre a I Guerra Mundial e a II Guerra, os EUA firmaram suas companhias petrolíferas no Kuwait e no Iraque, além de assegurarem sua parte privilegiada e exclusiva nas indústrias da Arábia Saudita (ROTTA, 2012).

Ao longo da II Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt procurou manter uma boa relação com os árabes. Entretanto, com sua morte em 12 de abril de 1945 e com Harry Truman assumindo o poder, uma nova postura na política externa americana foi adotada, reconfigurando as relações na região (ROTTA, 2012).

Quando lançou, em 12 de março de 1947, a Doutrina Truman³, o presidente afirmou uma política anticomunista, de contenção da expansão soviética. Isso não só rompeu com a lógica da política externa no Oriente, bem como colocou os Estados Unidos em situação de conflito com os árabes, uma vez que abriu espaços para hostilidades que poderiam acarretar um enorme prejuízo econômico, colocando em risco as concessões de petróleo já garantidas (ROTTA, 2012).

Ao final da II Guerra Mundial, os interesses americanos começaram a colidir com os britânicos, principalmente, no que diz respeito às concessões de petróleo, a competição pela influência na Arábia Saudita e, a questão da imigração dos judeus para a Palestina (GOMES, 2001).

Durante todo o seu governo Franklin D. Roosevelt foi muito cuidadoso em seu relacionamento tanto com árabes quanto com judeus. Com isso, conseguia protelar a tomada de decisão entre exigir da Grã-Bretanha a libertação de imigração à Palestina ou de apoio direto à criação do Estado judeu. Entretanto, mesmo com seu esforço, o sionismo conseguiu em 1944 que os dois mais importantes partidos do país incluíssem o programa sionista em suas plataformas políticas (GOMES, 2001).

Truman acabou por seguir a mesma diplomacia de Roosevelt. Adotou uma postura simpática ao sionismo frente a pressão dos líderes árabes e dos interesses econômico-estratégicos do país no Oriente Médio. O novo presidente renovou várias vezes aos árabes a promessa de que nada seria feito sem a consulta das duas partes (GOMES, 2001).

Com a derrota do nazismo na II Guerra Mundial e a consequente informação da opinião pública mundial dos horrores e da perseguição sofrida pelos judeus, houve uma comoção mundial, principalmente nos EUA, que tornou ainda mais fortes as opiniões ocidentais a favor da criação de uma pátria judaica (ZUCCHI, 2014).

³Hobsbawn (1995) considera a Doutrina Truman como o início de um período turbulento da Guerra Fria. “Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora” (TRUMAN, 1947 *apud* HOBSBAWN, 1995, p. 226).

Para Pinto (1997), a simpatia de Truman pela causa sionista estava essencialmente ligada a sua preocupação com o destino dos judeus deslocados pela II Guerra. Além disso, o presidente queria cumprir a promessa da Declaração Balfour:

Today – not tomorrow – we must do all that is humanly possible to provide a haven and place of safety for all those who can be grasped from the hands of the Nazi butchers. Free lands must be opened to them. Their present oppressors must know that they will be held directly accountable for their bloody deeds...this is not a Jewish problem. It is an American problem – and we must and will face it squarely and honorably (TRUMAN, 1943*apud* SHAPIRO, 2010, p. 10).

O presidente almejava a imigração ilimitada e considerava aceitável o Estado judeu, com a condição de que isso fosse feito sem conflitos e sem o envolvimento de tropas americanas. Em 31 de agosto de 1945, sob forte pressão, pediu ao Primeiro Ministro britânico Attlee que admitisse 100.000 refugiados judeus na Palestina. A Grã-Bretanha respondeu que só aceitaria se os EUA dividissem a responsabilidade por tal fato, mas, Truman continuava com sua postura e assim o impasse se seguiu (GOMES, 2001).

Essa política de Truman teve fim em outubro de 1946 quando os sionistas conseguiram sua maior vitória através do aproveitamento das eleições americanas como forma de negociar com o presidente. Este, então, pediu pela admissão imediata dos 100.000 refugiados e recomendou o plano da partilha ao longo das linhas sugeridas pela Agência Judaica. Foi a primeira vez que os EUA assumiram uma posição clara sobre o tema. A Grã-Bretanha, por sua vez, em função de seu desacordo com a política de Truman optou por levar a questão à ONU (GOMES, 2001).

Os Estados Unidos, embora tenham tendência para deixar para Londres a responsabilidade de gerir o conflito, sofrem a pressão de numerosos judeus americanos, nomeadamente em relação à questão da imigração. Em agosto de 1945, o novo presidente, Harry Truman, que acaba de suceder a Franklin D. Roosevelt, declara-se partidário da concessão de cem mil vistos suplementares para os judeus na Palestina. Bem implantadas, as organizações sionistas mobilizam a opinião pública (GRESH, 2002, p. 28).

Em 1946, a política soviética no Oriente Médio foi considerada por Truman e seus conselheiros, como uma ameaça direta à segurança americana. O governo americano decidiu endurecer sua política para impedir a expansão soviética no Oriente Médio, tomando uma série de medidas (GOMES, 2001).

O apoio de Truman ao Estado de Israel foi de encontro a opinião de maior parte de seus conselheiros, principalmente, aqueles do Departamento de Estado e de Defesa. Eles acreditavam que este reconhecimento prejudicaria a relação dos EUA com os árabes. Por um lado, havia a questão das companhias petrolíferas americanas que operavam na área e a necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e o baixo preço de petróleo aos Estados Unidos (PINTO, 1997).

Além do mais havia a preocupação que o extremismo árabe fosse fomentado pela criação do Estado judeu, aumentando assim a instabilidade e favorecendo a penetração da URSS na zona (PINTO, 1997).

De acordo com Bandeira (2009), os especialistas em Oriente Médio do Departamento de Estado dos Estados Unidos não eram nem um pouco favoráveis à criação de um Estado judeu na Palestina. Eles entendiam que os britânicos haviam se mantido na região cultivando os árabes e que era isso que os EUA deveriam fazer. Além disso, adotar o sionismo poderia significar uma união dos árabes com os soviéticos, o que seria perigoso em se tratando dos anos iniciais da chamada Guerra Fria.

Mesmo assim, com o intuito de conquistar o voto dos judeus para a reeleição em 1948, Truman determinou que o embaixador Herschel Johnson (adjunto do chefe da Delegação Americana) anunciasse no Conselho de Segurança da ONU a posição americana de apoio ao plano de partição da Palestina (BANDEIRA, 2013).

A independência do novo Estado de Israel foi proclamada por David Ben-Gurion (presidente do Conselho Nacional) em 14 de maio de 1948, em meio aos conflitos que já estavam sendo deflagrados na região. O embaixador da União Soviética na ONU, Yakov A. Malik (1948-1952), foi o primeiro a votar pelo reconhecimento de Israel (BANDEIRA, 2013).

Discursando às Nações Unidas, o Embaixador Andrei Gramyko, que se tornou famoso por seu papel na crise dos mísseis de Cuba, proclamou:

The aspirations of a considerable part of the Jewish people are linked with the problem of Palestine and of its future administration...During the last war, the Jewish people underwent exceptional sorrow and suffering...The fact that no Western European State has been able to ensure the defense of the elementary rights of the Jewish people and to safeguard it against the violence of the fascist executioners explains the aspirations of the Jews to establish their own state. It would be unjust not to take this into consideration and to deny the right of the Jewish people to realize this aspiration(GROMYKO, 1947 *apud*SHAPIRO, 2010, p. 39-40).

Os motivos que levaram os Estados Unidos a não só reconhecerem o Estado de Israel, mas como também, apoiar sua criação arriscando os barris de petróleo vindo dos árabes é até hoje tema de inúmeras discussões. Diversos autores apontam não só a questão do lobby judaico, mas, principalmente a conjuntura política internacional da época como fator determinante para o apoio americano à fundação de um Estado judeu:

Pensar que este apoio teria sido somente efetivado pela presença grandiosa do lobby seria descaracterizar a nova fase que nascia na economia e política mundial, fruto da emergência dos Estados Unidos e da URSS como países hegemônicos. A Doutrina Truman e a criação do Estado de Israel estiveram nitidamente permeados pela influência da conjuntura da década de 1940-50. Neste sentido, o lobby judaico esteve se utilizando deste contexto para abrir os espaços necessários às suas ambições. Contudo, não foi somente a influência sionista que atuou como fator determinante para a mudança da política externa americana, tendo com consequência o advento do Estado de Israel (ROTTA, 2012, p. 99-100).

A II Guerra Mundial havia terminado e EUA e URSS surgiram como as duas maiores potências mundiais da época, disputando a hegemonia mundial no que ficou conhecida como Guerra Fria. Nesse conflito sem armas militares, a questão ideológica e a expansão de influência funcionavam como importantes players dentro da corrida pelo poder.

Se em 1948 a diplomacia norte-americana estava preocupada com uma possível independência de Israel, o mesmo não ocorria com Clark Clifford, conselheiro jurídico de presidente Harry Truman. Ele apoiava a iniciativa e – insistindo que, afinal, o Estado em questão já existia e que era melhor reconhecê-lo antes da União Soviética – conseguiu convencer a Casa Branca a não descartar a proposta israelense. Em poucos meses, o governo dos Estados Unidos deu uma reviravolta, prevendo que teria mais vantagens com um apoio a Tel-Aviv (GENDZIER, 2011, p. 1).

Shapiro (2010) defende que anos antes os dois adversários – EUA e URSS – corriam por superioridade militar, agora americanos e soviéticos estavam correndo uma corrida diferente: uma corrida por Israel. Se Stalin se tornasse o primeiro a dar suporte ao Estado judaico, a influência soviética na região (e possivelmente a presença militar) estaria certamente propensa a aumentar.

A posição assumida pelos EUA no Oriente Médio, determinado a impedir a expansão soviética e, em certos casos a rivalizar até mesmo com a Grã-Bretanha, demonstra a importância da região para a diplomacia americana. Em todas as decisões referentes à região, no xadrez da Guerra Fria, que implicavam também importantes interesses econômicos, a política americana foi coerente: construiu estratégias para deter a expansão soviética, apoiando econômica e militarmente os governos ameaçados por movimentos comunistas ou nos quais as demandas soviéticas eram diretas, e aproximou-se

de outros para evitar riscos e garantir bases militares e concessões de petróleo. No início de 1947, com a aprovação do Congresso, Washington assumiu uma política nacional ampla para o Oriente Médio, legitimando internamente sua posição (GOMES, 2001, p. 51).

Mesmo com todos os aspectos geopolíticos provenientes do contexto de Guerra Fria, há quem considere que a jogada de Truman trouxe mais prejuízos do que benefícios aos Estados Unidos. Na opinião de Gomes (2001), Truman, apesar da elaboração de uma ampla política de contenção do comunismo e dos importantes interesses petrolíferos do país, assumiu uma posição, na questão da Palestina, que sabotou a própria estratégia de seu governo. A política de Truman teria lesado a nação americana, gerando altos custos econômicos e políticas visto que comprometeu as atividades petrolíferas e abriu a possibilidade de expansão soviética.

Mesmo que, a princípio, Truman não tivesse tomado a decisão de apoiar a fundação de Israel por conta da necessidade de conter o avanço soviético, Mearsheimer e Walt (2006) apontam que Israel acabou exercendo um papel estratégico durante a Guerra Fria: “Israel may have been a strategic asset during the Cold War. By serving as America’s Proxy after the Six Day War (1967), Israel helped contain Soviet expansion in the region and inflicted humiliating defeats on Soviet clients like Egypt and Syria” (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 4). Desse modo, apoiar Israel teria sido uma questão de construir um território de influência na região do Oriente Médio.

Existem também aqueles que sugerem que o apoio de Truman à criação do Estado de Israel não passava de uma atitude com fundo simplesmente político. Seu objetivo seria de apenas obter votos para sua reeleição:

Os especialistas em Oriente Médio no Departamento de Estado não eram favoráveis à ideia de um Estado judaico na Palestina. Entendiam que os britânicos se tinham mantido na região cultivando os árabes, e que os Estados Unidos deviam usar a mesma fórmula. E o perigo do apoio ao sionismo consistia na possibilidade de que os árabes se unissem com a União Soviética. Mas Truman, que pretendia contar com os votos da comunidade judaica para a eleição de 1948, não foi convencido pelos argumentos dos diplomatas. E cedeu ao sionismo (BANDEIRA, 2009, p. 160-161). Embora os Estados Unidos tivessem interesse na Palestina, não foi qualquer consideração estratégica que determinou a decisão de Truman de apoiar a partilha e a consequente criação do Estado judeu, mas o oportunismo eleitoral, a fim de captar o voto dos judeus para a sua reeleição em 1948 (BANDEIRA, 2013, p. 463).

Logo pode-se dizer que existiram fatores internos (influência sionista e reeleição) e fatores externos (Guerra Fria e necessidade de contenção de um possível

avanço soviético na região) que levaram o então presidente Harry Truman a apoiar de forma decisiva a criação do Estado de Israel.

A criação do Estado de Israel ocorreu em um momento histórico no qual houve uma convergência de interesses: de um lado os sionistas articulando há décadas seu projeto de nacionalidade judaica; de outro os americanos, lutando contra a “ameaça” soviética que a Guerra Fria propunha. Nesse jogo, ambos encontraram brechas para a efetivação de seus projetos, que caminhavam na mesma direção (ROTTA, 2012, p. 101).

Quando a II Guerra Mundial terminou, o sistema internacional pré-conflito desmorona e deixa os EUA diante de uma URSS amplamente fortalecida em vários trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político era incerto. Por conta disso, acreditava-se que qualquer evento explosivo e instável que acontecesse tenderia a enfraquecer o capitalismo e os EUA, fortalecendo assim o poder que surgira pela e para a revolução (HOBSBAWN, 1995).

Não é possível, portanto, desconsiderar o efeito dos anos iniciais de Guerra Fria sobre a decisão de Truman. Soma-se a isso, principalmente, a questão das fortes pressões exercidas pelo movimento sionista dentro do Congresso americano. Pressões não só de caráter econômico, mas, sobretudo, de cunho político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Estado de Israel abriu portas para os inúmeros conflitos que até hoje matam milhares de judeus e árabes. Através da crença de que devem retornar a terra prometida os judeus acreditam serem os donos legítimos do território outrora conhecido como Palestina. Os árabes, por sua vez, alegam estar historicamente em maior número na região e se recusam a deixar a antiga Palestina.

Ao final da I Guerra Mundial, através do sistema de mandatos criado pela Liga das Nações, a Grã-Bretanha fica responsável pela região. Os britânicos adotam uma política dual tentando agradar judeus e árabes, o que logo se revela ser uma estratégia arriscada.

Em 1947, sem condições de contornar a situação, a Grã-Bretanha resolve passar a questão para a recém-criada ONU, que cria uma comissão a fim de gerar um relatório sobre a situação. A proposta é que haja uma partilha e sejam criados três territórios: um árabe, um judeu e Jerusalém que teria status internacional.

Ao mesmo tempo, o movimento sionista ganhava cada vez mais força e aumentava consideravelmente sua influência nos Estados Unidos. Isso somado aos iniciais de Guerra Fria e à necessidade de conter um possível avanço soviético fez com que o então presidente Truman apoiasse intensamente o projeto sionista.

Em 1948 o Estado de Israel foi criado e imediatamente reconhecido por EUA e URSS. Desse então, Israel tem sido visto como parceiro pelos EUA, garantindo por essa razão as mais altas quantias de investimento direto.

No presente artigo foram apontados quatro motivos, que somados, seriam capazes de explicar por que Truman apoiou os judeus, arriscando assim, o relacionamento dos Estados Unidos com os árabes: influência sionista, contenção da expansão soviética, instituição de um território de influência na região do Oriente Médio e, votos para a reeleição.

Portanto, buscou-se com essa pesquisa contribuir para a elucidação das razões que levaram os Estados Unidos a apoiarem fortemente o projeto de criação de um Estado judeu, bem como apontar o momento inicial dessa relação conturbada. Futuras pesquisas podem analisar como essa relação foi estabelecida nos anos seguintes a fundação de Israel.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRE, Amílcar. **O Desafio de Israel**. São Paulo: Leitura S. A., 1968.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: Da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensões Estratégicas dos Estados Unidos das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **Os Principais Motivos que Geraram os Conflitos entre Israelenses e Árabes na Palestina (1897-1948)**. Trabalho de Conclusão de Curso. 75 fls. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- GENDZIER, Irene. **O Reconhecimento de Israel**. Le Monde Diplomatique Brasil. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1031>>. Acesso em: 25 set. 2014.
- GOMES, Aura Rejane. **A Questão da Palestina e a Fundação de Israel**. Dissertação de Mestrado. 142 fls. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- GRESH, Alain. **Israel, Palestina: Verdades sobre um Conflito**. CALOPEZ, Lígia. (Trad.). 1 ed. São Paulo: Campo das Letras, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)**. SANTARRITA, Marcos (Trad.). 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAT, Stephan Fernandes. **A Criação do Estado de Israel e um Estado Único como Solução dos Conflitos**. Saber. Ciências Sociais Aplicadas, Belém, v. 7, n. 1, p. 293-310, 2008.
- KACOWICZ, Arie M. **Las Fronteras de Israel**. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades, n. 19, p. 112-123, 2008.
- MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. London Review of Books, v. 28, n. 6, p. 1-82, 2006.
- NEVES, Natalia Costa das. **A 'Questão Palestina' e os Acordos de Oslo: Segurança sem Paz**. Dissertação de Mestrado. 141 fls. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PINTO, Maria do Céu Ferreira. **O Processo de Paz: Análise Histórica da Política Americana relativamente à Questão Palestiniana**. Nação e Defesa, n. 82, p. 7-35, 1997.
- ROTTA, Helen Rocha. **A Doutrina Truman e a Criação do Estado de Israel: O Lobby Judaico na Política Americana**. Revista Historiador, n. 5, ano 5, p. 92-102, 2012.

SHAPIRO, Jacob L. **The Race for Israel: Harry Truman, The Republican Party and Foreign Policy Considerations in the U.S. Recognition of Israel.** Undergraduate Senior Thesis. 79 fls. Columbia University, New York, 2010.

ZUCCHI, Luciano Kneip. **Implantação do Estado de Israel e a Gênese dos Conflitos Israelo/Árabes.** Dissertação de Mestrado. 147 fls. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.